

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 697.062 - MT (2004/0149166-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADOR** : **NELSON PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)**  
**RECORRIDO** : **TECONMA TIMBER MADEIRAS LTDA**  
**ADVOGADO** : **SANDRO NASSER SICUTO**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. DISSÍDIO NÃO-CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

## **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto pelo Estado do Mato Grosso com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do mesmo Estado assim ementado (fl. 111):

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA COM APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – TRIBUTÁRIO – EXPORTAÇÃO – ICMS – PORTARIA 075/2000-SEFAZ – REGIME ESPECIAL – LEGALIDADE – IMPOSTO SOBRE O TRANSPORTE DA MERCADORIA – NÃO INCIDÊNCIA – INTELIGÊNCIA DO ART. 155, § 2º, X, “A”, DA CF/88 – NOVA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 42/2003 – CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – NÃO CABIMENTO – PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS.

01. Não é ilegal a criação de Regime Especial para fiscalização das operações de exportação, através de Portaria editada pelo Secretário de Estado de Fazenda.

02. O ICMS não incide sobre a prestação de serviços de transporte dos produtos destinados à exportação. Inteligência do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF/88, com a nova redação dada pela EC nº 42/2003.

03. O mandado de segurança é isento de custas processuais, segundo art. 10, XXII, da Constituição Estadual, bem como, de honorários advocatícios. Súmulas 512 do STF e 105 do STJ. Recurso provido parcialmente.

Nas razões do apelo, aponta-se dissídio jurisprudencial quanto à aplicação do art. 475 do CPC e à Súmula 45/STJ.

Sem contra-razões, fl. 156.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 165/166.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso em apreço não merece êxito.

Em relação ao suposto dissídio jurisprudencial, constata-se a inexistência de cotejo analítico das teses contidas nos arestos colacionados, descumprindo, portanto, os termos dos arts. 255, § 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC.

De fato, a litigante não demonstrou que o aresto recorrido e os paradigmas possuem as mesmas molduras fáticas, a ponto de reclamarem a mesma solução jurídica, sendo, assim, inadmissível a insurgência quanto à alínea "c".

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de outubro de 2008.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

